08 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

## Ofício ao TJPR pede juiz auxiliar para 3ª Vara

O deputado e líder da oposição na Assembleia Legislativa (AL), Tadeu Veneri (PT) informou, durante a sessão de ontem, que pretende entregar pessoalmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, um ofício solicitando que seja designado um juiz auxiliar para a 3ª Vara Criminal de Londrina. Desta forma, o magistrado Juliano Nanuncio, poderia atuar exclusivamente nos processos da Operação Publicano. Segundo o deputado, se não houver um cuidado específico com essas ações, muitas delas vão acabar prescrevendo, devido à complexidade dos fatos e quantidade de envolvidos. "Se não tivermos um juiz específico para o caso, acho que nós vamos perder todo o trabalho que foi feito. Se algo não for feito nesse sentido, não tenho a menor dúvida que tudo isso irá prescrever e todo o trabalho feito será jogado no lixo", defendeu o parlamentar.

MAZZA

## Melar

Advogados dos auditores envolvidos na Publicano tentam anular gravações que consideram irregulares, e tomadas como provas de denúncias. Não faz tempo uma câmara criminal do Tribunal de Justiça, por unanimidade, declarou ilegal a interceptação telefônica que permitiu o flagrante de alto funcionário do Tribunal de Contas pegando R$ 200 mil do ganhador da concorrência do Anexo. Mais tarde houve entendimento contrário e o processo teve continuidade e com possibilidade de comprometer a cúpula da Corte. Aposta-se aí como na Lava Jato em incidentes e nulidades que ponham em risco o andamento processual.

08 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

# Parente de Abi é detido por crime de receptação

Auber Silva
*Grupo Folha*

O empresário Khalil Albert Abi Antoun, de 48 anos, foi preso ontem em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela Justiça após sua condenação por crimes de receptação cometidos em maio de 2011. Ele foi detido em sua casa, na rua Eustáquio Pereira, no Jardim Bela Itália, em Cambé (Região Metropolitana de Londrina). Khalil é parente do também empresário Luiz Abi Antoun, preso pelo Gaeco acusado de ser o gestor político do esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná, que resultou na prisão de mais de 100 pessoas durante as duas fases da Operação Publicano.

Khalil Antoun foi condenado, em primeira instância, por ocultar, em um galpão de sua propriedade, 7,7 mil peças de roupas avaliadas em aproximadamente R$ 220 mil. A mercadoria havia sido roubada de duas empresas de confecção, de Alvorada do Sul e Londrina, entre os dias 14 e 18 de maio de 2011. A defesa do empresário entrou com um recurso contra a condenação no Tribunal de Justiça do Paraná, mas a apelação foi negada pelos desembargadores da 5ª turma no final de outubro de 2014. Segundo a sentença, Khalil Albert Abi Antoun deverá cumprir dois anos de prisão, inicialmente em regime semiaberto.

08 JUL 2015
FOLHA DE LONDRINA

# Feminicídio é a causa de 1/5 dos homicídios denunciados pelo MP-PR

## 21 dos 103 casos oferecidos à Justiça nos últimos três meses eram relativos à violência de gênero

*Para especialista, é preciso discutir o tema com mais profundidade, desde a escola*

Mariana Franco Ramos
*Reportagem Local*

**Curitiba** – O feminicídio é a causa de um quinto dos homicídios qualificados (consumados ou tentados) denunciados pelo Ministério Público (MP) do Paraná em pouco menos de três meses. Os dados foram coletados pelo Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) entre 10 de março (data em que começou a vigorar a Lei 13.104/2015) e 4 de junho. Segundo a promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Nupige, incluem tanto situações de agressão doméstica familiar como de menosprezo ou discriminação à condição da mulher, ambas tipificadas pela nova legislação. A pena prevista varia de 12 a 30 anos.

Ao todo, o órgão ofereceu à Justiça 103 denúncias no período. Destas, 19 foram assassinatos de pessoas do sexo feminino e duas envolviam homens que sofreram lesão corporal por parte de ex-companheiros de mulheres, totalizando 20% dos casos. "Até a lei entrar em vigor, o feminicídio existia, mas tinha outras qualificadoras, como motivo fútil ou torpe. Não era possível fazer esse filtro das circunstâncias", explicou Bazzo. De acordo com ela, além da possibilidade de punição mais adequada - os acusados não são, por exemplo, mais libertados após pagamento de fiança -, o correto enquadramento auxilia na implementação de políticas públicas.

Na avaliação da especialista, as mudanças trouxeram à tona, ainda, um "fenômeno cultural" sempre presente na sociedade, que é o machismo. "Conseguimos deixar muito claro quem são as mulheres que morrem por esse motivo. São ex-namorados que matam ex-namoradas porque elas não quiseram reatar, maridos que matam porque as mulheres não obedecem ordens, como fazer comida e não trabalhar fora, e por aí vai. E como se a mulher tivesse de desempenhar determinados papeis e, se não fizesse, a violência se tornasse justificável", afirmou. Apesar de não haver detalhamento dos números, devido ao fato de a tipificação ser recente, ela contou que os agressores são, "em sua imensa maioria", pessoas próximas às vítimas.

CONTINUA

08 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## DISCRIMINAÇÃO

Os registros do Nupige também mostram que 16 dos 28 crimes contra mulheres contabilizados foram motivados por discriminação de gênero, o que corresponde a 25% - outras três ocorrências que poderiam ter sido enquadradas da mesma forma se deram antes da sanção da lei. Conforme a coordenadora, as estatísticas evidenciam a necessidade de se trabalhar a temática com mais profundidade, desde a escola. "A abordagem cuidadosa, com orientação, é essencial para que o machismo e a naturalização da violência contra a mulher não se perpetuem mais", opinou.

08 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

AGENDA

## Código de Processo Civil

**Londrina** - Juristas, desembargadores, procuradores e doutrinadores do Direito são os convidados do Congresso Brasileiro sobre o Novo Código de Processo Civil (CPC), que a UniFil realizará de 16 a 18 de setembro, no Teatro Marista, em Londrina. Os palestrantes vão enfocar as mudanças na legislação que começam a vigorar em março de 2016 e quais os impactos no dia a dia dos operadores do Direito e para a sociedade. Informações: direito@unifil.br.

MILITÃO

## Dispensa por discriminação de idade: advogada consegue reaver emprego!

A advogada trabalhista Maria Zélia de Oliveira e Oliveira conseguiu mais uma vitória na Justiça do Trabalho, ao obter a nulidade da rescisão contratual de uma funcionária da Empresa Brasileira de Telecomunicações, a Embratel, onde foi considerada, nos autos, a dispensa da mulher por discriminação de idade. A legislação está prevista na lei 9029-95 e proíbe a adoção de práticas discriminatórias e limitativas na relação de emprego, admissão, manutenção etc., e nesse sentido foi fundamentada a sentença, afirmando que a reclamada (a empresa) demonstrou prática discriminatória, uma vez que havia a política de reestruturar, demitindo preferencialmente os mais velhos. A Convenção 111 da OIT diz a mesma coisa, praticamente. Foi um belo arrazoado da doutora Maria Zélia e sua cliente deverá ser readmitida pela Embratel.

## Lei torna crime hediondo assassinato de policiais

**Brasília** - A presidente Dilma Rousseff sancionou lei que torna crime hediondo e qualificado o assassinato de policiais civis, militares, rodoviários e federais, além de integrantes das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança Pública e do Sistema Prisional, seja no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão do cargo ocupado. A lei ainda determina que a lesão corporal cometida contra esses agentes de segurança em serviço, e seus parentes, será aumentada de um a dois terços. Em todos esses casos, a pena será de reclusão de 12 a 30 anos. **(Luci Ribeiro/Agência Estado)**

08 JUL 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

# SALÁRIO DESIGUAL

## Assembleia aprova reajuste de 8,17% no Judiciário e 3,45% no Legislativo

Luis Lomba

A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeiro turno, os projetos de lei que fixam em 8,17% o índice de reajuste dos salários de servidores do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Ministério Público. Pros servidores da Assembleia, os deputados aprovaram correção de apenas 3,45%, idêntico ao dos servidores do Executivo.

A diferença entre os reajustes foi criticada pela oposição, que votou contra o reajuste menor pros servidores da Assembleia. O placar da votação foi 41 a favor e sete contra. Os textos precisam ser votados novamente, antes de serem sancionados.

Antes da votação, o deputado Péricles de Mello (PT) cobrou "coragem" dos colegas pra votar contra o Executivo. "Por que a coragem dos deputados de restringir o reajuste de nossos servidores a 3,45% não é a mesma pra limitar o reajuste dos servidores do Tribunal de Justiça?", questionou. "Temos recursos pra dar os 8,17%. Aprovar os 3,45% de reajuste é uma demonstração de fraqueza", completou.

O líder do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), defendeu que os servidores da Assembleia devem ter o mesmo reajuste dos funcionários do Executivo. "Temos que respeitar os projetos que vieram do Tribunal de Justiça, da Defensoria e do Ministério Público. Essas instituições têm autonomia administrativa e seus planos de cargos, que devem ser cumpridos", disse.

Segundo o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), os servidores da Casa concordaram com um reajuste salarial menor. Em junho, os efetivos tiveram progressões nas carreiras, o que elevou os salários em até 20%. Segundo Tadeu Veneri (PT), a efetivação da progressão foi suspensa por 90 dias, pra pressionar os servidores a aceitarem um reajuste menor.

08 JUL 2015
TRIBUNA DO PARANÁ

# FANTASMAS!

## Família tinha 16 funcionários na Assembleia e causou desvio de R$ 24 milhões

Katia Brembatti e Diego Ribeiro

Com a contratação de uma família com 16 funcionários fantasmas a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) perdeu R$ 24 milhões. Essa é a constatação do Ministério Público, que concluiu uma investigação surgida a partir da série "Diários Secreto", reportagens publicadas pela *Gazeta do Povo* e pela RPC TV em 2010.

As informações constam na denúncia apresentada à Justiça no final de junho, acusando os ex-diretores da Alep Abib Miguel, conhecido como Bibinho, José Ary Nassif e Claudio Marques da Silva de cometerem os crimes de desvio de dinheiro público e formação de quadrilha.

A família investigada é do ex-contador de Bibinho, Douglas Bastos Pequeno. Ele teria convencido os parentes a ceder documentos pessoais pra serem contratados como funcionários - contudo, não ficariam com o dinheiro, mas teriam benefícios como plano de saúde. Duas ex-mulheres, quatro filhas, um genro, quatro ex-cunhadas e cinco netos, totalizando 16 parentes, chegaram a constar como servidores da Assembleia.

A série de reportagens mostrou que alguns teriam "recebido" salários superiores a R$ 20 mil. Douglas Bastos Pequeno concordou em colaborar com as investigações e contou aos promotores como os desvios eram feitos. Ele morreu de problemas cardíacos em dezembro de 2014.

Bibinho - que está preso desde novembro, quando foi flagrado no aeroporto de Brasília recebendo R$ 70 mil em espécie - é réu em mais de uma dezena de ações criminais e cíveis. No mês passado, os promotores relacionaram mais de R$ 200 milhões em patrimônio que estariam no nome dele, de parentes e de supostos "laranjas".

O ex-diretor-geral da Assembleia é acusado de comandar um esquema de funcionários fantasmas que teria desviado, no mínimo, R$ 216 milhões. No caso da família Bastos Pequeno, a investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apontou a prática repetida 1.290 vezes de crimes. Foi o número de salários pagos indevidamente.

## Integrantes colaboraram

O Ministério Público decidiu processar apenas parte da família Bastos Pequeno - vários integrantes colaboraram com as investigações e não mentiram em depoimentos. Apenas Mariles Prevedello, Gina Prevedello Pequeno e Erick Salles viraram réus na ação judicial. Se aceito pela Justiça, o processo irá correr na 8.ª Vara Criminal de Curitiba. A contratação de outros dois núcleos familiares dos aliados de Bibinho, Daor Afonso Marins de Oliveira e João Leal de Matos, já viraram ações criminais e tramitam na Justiça.

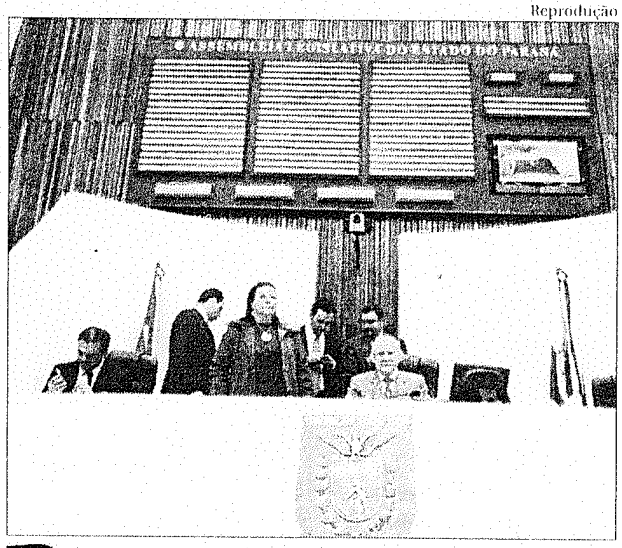
O advogado Eurolino Reis, que defende Bibinho, disse que tomou conhecimento da ação ontem e que ainda está se informando sobre o conteúdo. Ele reitera que o cliente nega as acusações. Alega também que o caso estaria prescrito. A reportagem não conseguiu localizar os advogados da família Bastos Pequeno.

08 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

# Servidores do Judiciário terão aumento de 8,17%

Reprodução



Traiano havia proposta um índice igual

Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeiro turno, reajustes salariais diferentes para os servidores do Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público do Estado. Para os funcionários da própria Assembleia, foi aprovado por 41 votos favoráveis e sete contrários o aumento será de 3,45% a ser pago em outubro – como aprovado no mês passado para os servidores do quadro geral do governo do Estado. Já para os servidores dos demais poderes foi aprovado, por unanimidade, o reajuste de 8,17%, a ser pago no mês que vem, com valor retroativo a 1º de maio deste ano.

Prevaleceu a vontade do governo e do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), de seguir o mesmo índice dos servidores do Executivo – apesar do Legislativo, assim como o Tribunal de Justiça, MP, TCE – ter autonomia financeira e orçamento próprio – e recursos para garantir a reposição da inflação de seus funcionários.

# Paraná terá orçamento de R$ 41,7 bi em 2016

## Do total, R$ 15 bi devem ser gastos com salário de servidores

Pedro Oliv

Os deputados aprovaram a proposta apresenta pelo governo

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que disciplinará a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 2016, foi aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa desta terça-feira (7). De autoria do Poder Executivo, o projeto (de nº 283/15) prevê uma receita total para fixação de despesa de R$ 41,722 bilhões para o próximo ano, e passou em primeiro turno com 49 votos favoráveis.

O projeto da LDO para 2016 prevê uma receita total para fixação de despesas de R$ 41.722.017.420,00, sendo que a prevista com pessoal é de R$ 15.157.887.505,00. A previsão de transferência constitucional para a educação é de R$ 8.094.840.822,00, resultando num valor líquido de receita de R$ 26.982.802.740,00.

08 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

## NOTA POLÍTICA

**Lewandowski em Curitiba**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ricardo Lewandowski, vem a Curitiba no próximo dia 31 para lançar a Audiência de Custódia. O programa determina que, em no máximo 24 horas após uma prisão em flagrante, o suspeito seja apresentado a um juiz, que decidirá, de acordo com o caso, qual a medida a ser aplicada: prisão preventiva, liberdade provisória ou o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

08 JUL 2015

GAZETA DO POVO

# Duas de 10 mortes denunciadas pelo MP ocorrem por violência de gênero

Números do Ministério Público também mostram que mulheres são a maioria das vítimas

*Carolina Pompeo*

O Ministério Público do Estado do Paraná (MP) divulgou os resultados do primeiro levantamento sobre homicídios qualificados ocorridos no Paraná desde que a Lei do Feminicídio foi sancionada. O monitoramento revelou que 20% dos 103 homicídios denunciados pelo órgão à Justiça no período teve como causa a violência de gênero. A maioria das vítimas é de mulheres.

A análise feita pelo Núcleo de Promoção da Igualdade de Gênero (Nupige) do MP considerou os homicídios (consumados e tentados) registrados no Sistema PRO-MP entre 10 de março, quando a lei entrou em vigor, e 4 de junho de 2015. Dos 103 crimes analisados, 21 configuram casos de violência de gênero.

Em 19 deles, as vítimas do homicídio eram mulheres; nos outros dois, eram homens companheiros de mulheres que sofreram lesão corporal no momento do crime — nesses casos, o homicídio foi cometido pelos ex-companheiros delas contra os atuais.

De acordo com a promotora Mariana Seifert Bazzo, coordenadora do Nupige, o porcentual é considerado alto porque esses 103 homicídios qualificados incluem crimes ocorridos em todo tipo de situação — incluindo tráfico e trânsito.

> "É significativo que 20% dos homicídios ocorridos nas mais diversas situações sejam qualificados como violência de gênero. É expressivo também porque evidencia o fenômeno do machismo e comprova que motivações de gênero estão realmente matando mulheres."

A promotora destaca ainda que o monitoramento de crimes motivados por violência de gênero só foi possível após solicitação de implementação de um novo filtro no sistema de cadastro de inquéritos do MP, algo possível somente depois que a Lei do Feminicídio foi sancionada, pois antes a legislação penal não fazia diferenciação entre vítima homem e vítima mulher.

"Esse é um dado novo, com o tempo teremos um panorama sobre violência de gênero no Paraná. É preciso discutir o assunto sem demagogia. Mulheres morrem por causa disso. A violência de gênero não pode ser naturalizada e é preciso pensar políticas públicas que visem a prevenção."

CONTINUA

**Diferenciação**

Outro recorte feito pelo Nupige aponta a diferenciação entre violência de gênero e feminicídio. Os dados mostraram que dos 103 homicídios qualificados ocorridos entre março e junho desse ano, 28 tiveram mulheres como vítimas. Desses, 21 (75% do total) foram considerados violência de gênero e 16 foram qualificados como feminicídio.

A promotora explica que o conceito de violência de gênero engloba toda violência praticada em função do gênero ao qual pertence a vítima. "É a violência que decorre do papel social ocupado pela mulher. A violência doméstica e familiar é uma expressão, bem como o menosprezo à condição de mulher. Um exemplo prático e clássico é a situação em que o parceiro não permite que a parceira faça escolhas independentemente e a autonomia da mulher se torna motivação para o início de um ciclo de violência."

Já feminicídio configura uma nova modalidade de homicídio qualificado. A legislação brasileira define feminicídio como o crime praticado contra a mulher em duas hipóteses: em situações de violência doméstica e familiar e de menosprezo ou discriminação à condição de mulher. "O feminicídio é motivado pela violência de gênero, mas nem toda violência de gênero configura feminicídio", sintetiza.

08 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OCORRÊNCIAS

## Estado registra 7 mil crimes pela Lei Maria da Penha em 6 meses

Desde junho de 2014, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) tem monitorado os crimes enquadrados pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) ocorridos no estado, como ameaça, injúria e lesão corporal. Entre 12 de junho e 31 de dezembro de 2014, foram 7.662 casos registrados – ou 37 ocorrências por dia. Desse total, 11,8% aconteceram em Curitiba (906 crimes). Na capital, os bairros com maior número de ocorrências durante o período foram CIC (127), Sítio Cercado (88), Cajuru (84), Uberaba (45) e Tatuquara (44).

Apesar do grande volume de casos, a promotora Mariana Seifert Bazzo diz que esse tipo de violência ainda é subnotificado. "Esses são só os casos que chegaram ao Ministério Público. Mas tem muitos casos que sequer chegam ao MP ou à delegacia, pois muitas vítimas não têm coragem de denunciar". Para ela, a subnotificação é o maior desafio do combate à violência contra a mulher. "Muita gente ainda acredita se tratar de um problema de menor importância, mas é um problema criminal e de saúde pública."

GAZETA DO POVO 08 JUL 2015

# Reajuste na Alep vai ser de 3,4%. Outros poderes terão 8,1%

Deputados aprovam índice de aumento salarial para servidores da Casa igual ao do funcionalismo do governo. TC, MP, TJ e Defensoria vão ter reposição integral da inflação

*Luis Lomba, especial para a Gazeta do Povo*

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou nesta terça-feira (7), em primeiro turno, projetos de lei que fixam em 8,17% o índice de reajuste dos salários de servidores públicos do Judiciário, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Ministério Público. O porcentual corresponde à reposição da inflação de um ano. Para os servidores efetivos e comissionados da Assembleia, os deputados aprovaram correção salarial menor, de 3,45%, idêntico ao dos servidores do Executivo. O placar da votação foi 41 a favor e sete contra.

A diferença entre os reajustes foi criticada pela oposição, que votou contra o reajuste menor para os servidores da Assembleia. O deputado Péricles Holleben de Mello (PT) cobrou dos colegas "coragem" para votar contra as determinações do Executivo. "Por que a coragem dos deputados de restringir o reajuste de nossos servidores a 3,45% não é a mesma para limitar o reajuste dos servidores do Tribunal de Justiça?", questionou. "Temos recursos para dar os 8,17%. Aprovar os 3,45% de reajuste é uma demonstração de fraqueza."

O líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), defendeu que os servidores da Assembleia ganhassem o mesmo reajuste dos funcionários do Executivo. "A presidência da Assembleia optou por seguir o que foi feito pelo governo do estado, com reajuste de 3,45%. Por outro lado, temos que respeitar os projetos que vieram do Tribunal de Justiça, da Defensoria e do Ministério Público. Essas instituições têm autonomia administrativa e seus planos de cargos, com progressões e quinquênios, que devem ser cumpridos", disse.

Segundo o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), os servidores efetivos da Casa concordaram com um reajuste menor que o concedido aos demais órgãos. "Numa reunião com 134 servidores, apenas quatro foram contra", disse. Em junho os servidores efetivos tiveram promoções, que elevaram os salários em até 20%. O deputado Tadeu Veneri (PT) disse que a efetivação dessas medidas foi suspensa por 90 dias para pressionar os servidores efetivos a aceitar o reajuste menor.

Nesta quarta-feira (8), os projetos que tratam dos reajustes salariais devem ser apreciados em segunda votação no plenário da Assembleia. A terceira e última votação deve acontecer na próxima segunda-feira.

## DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### LDO é aprovada com autorização para Richa remanejar 7% do orçamento de 2016

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovada em primeira votação pelos deputados estaduais nesta terça-feira (7) autorizando o governador Beto Richa a remanejar livremente até 7% do orçamento do estado em 2016. Inicialmente, o Executivo havia pedido para remanejar 20%, mas acabou cedendo. A LDO serve para orientar a elaboração, pelo Executivo, da Lei Orçamentária Anual para 2016, que deve ser enviada à Assembleia Legislativa até setembro e aprovada até dezembro. O substitutivo geral ao projeto encaminhado pelo governo do estado foi aprovado por unanimidade, com os votos dos 49 deputados presentes à sessão. A LDO prevê receita total de R$ 41,7 bilhões. O Executivo estimou um crescimento de 3% do PIB paranaense em 2016 para projetar receitas e despesas. Os gastos com pessoal são previstos em R$ 15,157 bilhões. O repasse para a educação será de R$ 8,1 bilhões. A saúde vai receber R$ 3,2 bilhões e a área de ciência e tecnologia, R$ 3926 milhões.

A aprovação da LDO, com mais duas votações em plenário, deve ser concluída até a semana que vem, antes do recesso de meio de ano, que começa dia 16 de julho. **(LL)**

GAZETA DO POVO 08 JUL 2015

CARLOS ROBERTO BITTENCOURT

# Desserviço aos servidores

É servidor público aquele ou aquela que presta serviços ao Estado e às entidades da administração direta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga com recursos pagos pelos cidadãos aos cofres públicos..O servidor público civil é titular de cargo público, mantém relação estatutária e integra o quadro da administração direta, autarquia ou fundação pública.

Cabe a esse profissional, em sua área de atuação, manter e garantir atendimento à população e trabalhar pelo desenvolvimento de nossas cidades, estados e do nosso país. Um trabalho do qual a população não pode prescindir nas esferas de atendimento básico da educação e da saúde; na agricultura, que garante o alimento na mesa dos paranaenses; no suporte tecnológico; nas áreas do direito, legislação e toda a gama de serviços voltados aos cidadãos.

Os governos passam e a estrutura pública permanece de pé, porque assim tem de ser, porque esta é a missão de quem serve à administração pública. Mas cabe ao governo em questão valorizar quem trabalha para atender a população.

No Paraná, infelizmente, a administração pública do estado não reconhece o valor do funcionalismo. Numa prova evidente de má administração, o governo onera a população com a alta de impostos e atrela isso à necessidade de fazer funcionar a máquina pública. Age desta forma ao mesmo tempo em que amplia os gastos com cargos em comissão e com assessorias estratégicas para apadrinhados políticos em empresas estatais.

Aos professores, servidores da saúde e aos demais profissionais de carreira do estado foi negado o reajuste salarial nos índices pleiteados. Foram pedidos 8,17% pelas perdas com a inflação, mas o governo, em combinação com os deputados governistas na Assembleia Legislativa, concedeu apenas 3,45%. E transferiu a recomposição das perdas salariais desses servidores para 2016 e 2017.

Mas, sob a ótica governista, o que vale para alguns servidores não vale para outros. Prova disso é a diferença com a qual o governo e o parlamento tratam os servidores. Ao quadro geral e também servidores do Legislativo estadual, os 3,45%. Já aos servidores do Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público do Paraná, o reajuste concedido foi de 8,17%. É a diferença do "poder" e do "querer", o primeiro no sentido mais amplo da palavra "poder".

Pois bem, o recurso indisponível para alguns existe para outros. Tudo isso porque desde 2011 a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas recebem mais do que a lei exige por obra dos próprios deputados, que incluíram nesse pacote de verbas os recursos do Fundo de Participação dos Estados. São R$ 500 milhões por ano que saem do Executivo para fazer este caixa.

O que sobra é anunciado pelo presidente da Alep como devolução, como se estivesse fazendo uma obra de caridade ao mesmo tempo em que faz jogo de cena com os recursos do FPE.

O que o governo e o parlamento têm ciência, mas não fazem valer, é de que o direito adquirido tem de ser de todos os servidores, e não apenas de uma parcela.

**Carlos Roberto Bittencourt** é presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge-PR).

08 JUL 2015

GAZETA DO POVO

# NOTAS POLÍTICAS

## Operação Publicano

O deputado estadual Tadeu Veneri (PT) quer que o Tribunal de Justiça do Paraná designe um juiz especificamente para trabalhar na Operação Publicano, que investiga denúncias de corrupção na Receita Estadual em Londrina. "Se não houver um juiz só para esse caso, pode-se perder todo o trabalho que já foi feito, com a prescrição dos crimes apurados", afirma.

## Previdência

O governador Beto Richa (PSDB) nomeou dois membros do seu secretariado para comandar conselhos importantes da Paranaprevidência. Norberto Ortigara, secretário de Agricultura, será o novo presidente do Conselho de Administração. Fica no lugar de Henrique Neigeboren, ex-conselheiro do Tribunal de Contas e cunhado de Jaime Lerner. Ricardo José Soavinski, do Meio Ambiente, assumirá o Conselho Fiscal. É a primeira vez que um secretário de estado assume o conselho de administração, principal órgão deliberativo da Paranaprevidência.

## Repercutiu

A declaração do ex-diretor da Assembleia Legislativa Abib Miguel, o Bibinho, de que "foi para cadeia e não entregou ninguém" repercutiu entre leitores da Gazeta. A fala consta de uma das gravações telefônicas que motivaram sua prisão em novembro. "Se ele foi para a cadeia e disse que não entregou ninguém, é por que tem gente para ser entregue", registrou o leitor Edson Lincoln Florscuk no site do jornal.

08 JUL 2015

GAZETA DO POVO

# 'Família fantasma' causou desvio de R$ 24 mi na Alep

Ação judicial proposta pelo MP indica que 16 parentes do ex-contador de Bibinho foram contratados irregularmente

*Katia Brembatti e Diego Ribeiro*

Com a contratação de uma família com 16 funcionários fantasmas, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) perdeu R$ 24 milhões. Essa é a constatação do Ministério Público, que concluiu uma investigação surgida a partir da série de reportagens Diários Secretos, publicadas pela **Gazeta do Povo** e RPC em 2010. As informações constam da denúncia apresentada à Justiça no fim de junho, acusando os ex-diretores da Alep Abib Miguel, o Bibinho; José Ary Nassif e Claudio Marques da Silva de cometerem os crimes de desvio de dinheiro público e formação de quadrilha.

A família investigada é do ex-contador de Bibinho Douglas Bastos Pequeno. Ele teria convencido os parentes a ceder documentos pessoais para serem contratados como funcionários – contudo, não ficariam com o dinheiro, mas teriam alguns benefícios, como plano de saúde. Duas ex-mulheres, quatro filhas, um genro, quatro ex-cunhadas e cinco netos, totalizando 16 parentes do ex-contador, chegaram a constar como servidores da Assembleia. A série de reportagens mostrou que alguns teriam "recebido" salários superiores a R$ 20 mil. Bastos Pequeno concordou em colaborar com as investigações e prestou depoimentos contando aos promotores como os desvios eram feitos. Ele morreu de problemas cardíacos em dezembro de 2014.

A denúncia do MP também relaciona a advogada Andreza Maria Beltoni Caetano, acusada de induzir os clientes a mentir em depoimentos, inventando funções e atividades que teriam desempenhado. Ela tem registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), mas já esteve ameaçada de ter suspenso o direito de advogar, diante de acusações de estelionato.

Bibinho – que está preso desde novembro, quando foi flagrado no aeroporto de Brasília recebendo R$ 70 mil em espécie – é réu em mais de uma dezena de ações criminais e cíveis em função de acusações relacionadas ao escândalo. Em junho, promotores relacionaram mais de R$ 200 milhões em patrimônio que estariam no nome dele, de parentes e supostos "laranjas".

O ex-diretor-geral da Alep é acusado de comandar um esquema de funcionários fantasmas que teria desviado, no mínimo, R$ 216 milhões. No caso da família Bastos Pequeno, a investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) apontou a prática repetida – 1.290 vezes – de crimes. Foi o número de salários pagos indevidamente. Alguns dos parentes do ex-contador "trabalharam" por mais de uma década.

O MP decidiu processar apenas parte da família Bastos Pequeno – vários integrantes colaboraram com as investigações e não mentiram em depoimentos. Apenas Mariles Prevedello, Gina Prevedello Pequeno e Erick Salles viraram réus na ação judicial. Se aceito pela Justiça, o processo irá correr na 8.ª Vara Criminal de Curitiba. A contratação de outros dois núcleos familiares – dos aliados de Bibinho, Daor Afonso Marins de Oliveira e João Leal de Matos – já viraram ações criminais e tramitam na Justiça.

### Outro lado

O advogado Eurolino Reis, que defende Bibinho, disse que tomou conhecimento da ação nesta terça (7) e que ainda está se informando. Ele reitera que o cliente nega as acusações. Alega também que o caso estaria prescrito. A reportagem não conseguiu localizar os advogados da família Bastos Pequeno.

CONTINUA

0 8 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## 16 PARENTES

Lista de familiares de Douglas Bastos Pequeno, que foram empregados na Assembleia:

- **Maria Advair Pinto Gomes de Campos** (ex-mulher de Douglas).
- **Josiane Bastos Pequeno** (filha de Douglas).
- **Viviane Bastos Pequeno** (filha de Douglas).
- **Luciano Galo** (companheiro da filha de Douglas).
- **Nadir Thibes** (ex-cunhada de Douglas).
- **Ivanir Terezinha Thibes Vieira** (ex-cunhada de Douglas).
- **Nerci da Luz Thibes Scheleder** (ex-cunhada de Douglas).
- **Derci Aparecida Schmidt** (ex-cunhada de Douglas).
- **Mariles Prevedello** (ex-mulher de Douglas).
- **Lorete Prevedello Pequeno Cury** (filha de Douglas).
- **Gina Prevedello Pequeno** (filha de Douglas).
- **Karina Cury** (filha de Lorete, neta de Douglas).
- **Thiago Cury** (filho de Lorete, neto de Douglas).
- **Felipe Cury** (filho de Lorete, neto de Douglas).
- **Erick Salles** (filho de Gina, neto de Douglas).
- **Luana Salles** (filha de Gina, neta de Douglas).

08 JUL 2015
GAZETA DO POVO

# Justiça determina que Atlético passe parte da Arena para a prefeitura

Clube tem 30 dias para entregar metade do prédio anexo à Baixada para a Secretaria de Esporte e Lazer, em contrapartida pelo aporte financeiro do município na reforma do estádio para a Copa

*Robson Martins*

A prefeitura de Curitiba ganhou a primeira disputa na Justiça contra o Atlético. Em decisão protocolada na 5.ª Vara da Fazenda Pública da capital no dia 3 de julho, o Furacão foi condenado a ceder 4.226,94 metros quadrados da área administrativa da Arena para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

O clube terá 30 dias para cumprir a decisão desde a data em que for intimado, o que deve ocorrer nos próximos dias, entregando o espaço em condições de uso. Passado esse período, foi fixada uma multa diária de R$ 1,5 mil pela juíza Patrícia Almeida Gomes Bergonse, caso o clube se recuse a cumprir a ordem.

Quando prefeitura, governo do estado e Atlético assinaram o acordo tripartite em 2010 para a reforma do estádio para a Copa do Mundo, a cessão desse espaço por cinco anos para a prefeitura após o Mundial estava prevista em contrato. Com a recusa do Atlético em executar o compromisso, o município recorreu aos tribunais.

Na decisão judicial, está discriminado que a "área administrativa" corresponde a 8.453,88 metros quadrados, sendo metade destinada à prefeitura. Segundo o procurador geral do município, Joel Macedo Neto, essa área total inclui o que foi chamado de "prédio da imprensa", ao lado do estádio, e parte da frente da Arena, que também é usada de forma administrativa.

"O município cumpriu as obrigações no convênio e está recorrendo ao judiciário para que a outra parte cumpra com as suas obrigações", resumiu o procurador, referindo-se à remessa de potencial construtivo e às desapropriações feitas pela cidade para a Copa.

No processo, o Atlético primeiro alegou que a sede administrativa localizava-se na Rua Petit Carneiro na época em que o acordo foi selado. Esse local teria uma área de apenas 1.186 metros quadrados. Mais tarde, o clube se defendeu afirmando que a parte administrativa havia sido passada para o CT do Caju e que cederia espaço para que a secretaria municipal fosse instalada naquele espaço. As duas alegações foram rechaçadas pela Justiça.

Assim que receber a notificação, o clube terá 10 dias para recorrer. Porém, o prazo inicial de 30 dias para que a decisão seja acatada só será interrompido em caso de manifestação da Justiça nesse sentido.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

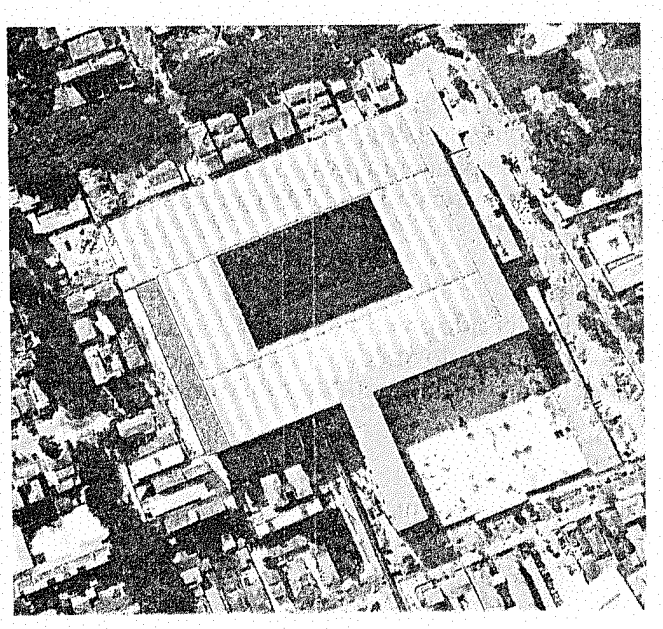
0 8 JUL 2015

CONTINUAÇÃO

# A METRAGEM DA DISCÓRDIA

O convênio firmado entre Atlético e prefeitura prevê a cessão de parte do terreno da Arena ao município. A discórdia é aonde seria essa área.

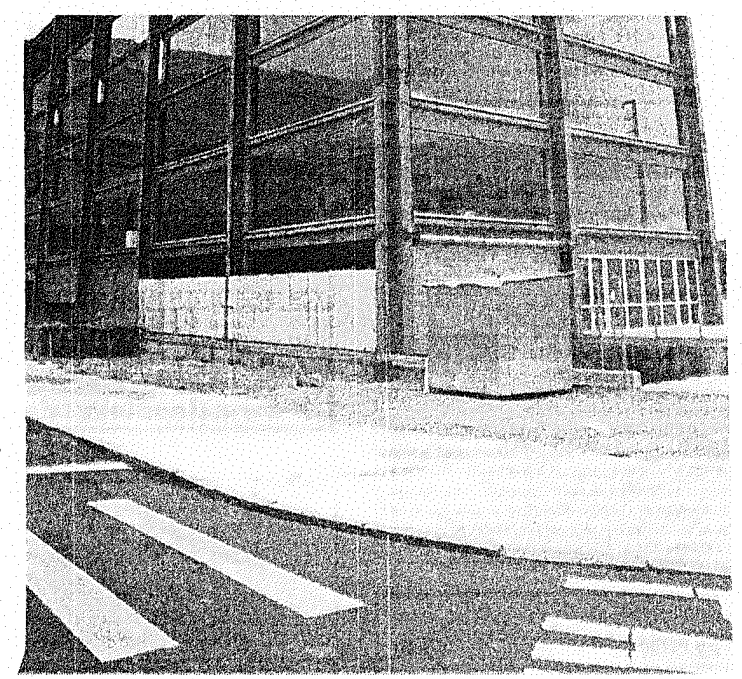
Quando o Atlético assumiu a obrigação de ceder 50% da sede administrativa, esta se localizava na Rua Petit Carneiro e tinha 1.186 m² de área. Ou seja, a concessão ficava limitada a 593 m².



A prefeitura faz o cálculo em cima da metragem de 8.453,88 m² mencionada no alvará de construção no estádio, entre o prédio de imprensa e a área frontal. Assim, o Atlético deveria ceder 4.226,94 m².

Na sua defesa, o Atlético argumenta que sua sede administrativa mudou para o **CT do Caju**. Ou seja, a prefeitura assumiria um terreno no **Sítio Cercado**.

**Fonte:** Redação.
**Infografia:** Gazeta do Povo.



**Prefeitura quer a cessão de 50% do "prédio da imprensa" da Arena.**

## DESAPROPRIAÇÕES

No outro processo da prefeitura contra o Atlético, a cidade cobra as desapropriações em torno do estádio para a ampliação da Arena. O valor inicial de R$ 14 milhões, corrigido, já está em R$ 17 milhões. Ainda não existe nenhuma decisão no judiciário sobre o assunto.

CONTINUA

08 JUL 2015
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

## Defesa do Atlético alega que área a ser cedida é no CT do Caju

O Atlético tem como estratégia de defesa preservar o imóvel da Arena. O clube não se nega a ceder um espaço à prefeitura, mas contesta onde.

No texto do contrato está escrito que faz parte das obrigações do Atlético "ceder pelo período de cinco anos após o encerramento da Copa do Mundo um espaço junto à sua sede administrativa, correspondente à 50% do total da área da sede, para instalar área da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ou correlata".

O entendimento da defesa envolve qual local está em discussão. "A área que deve ser disponibilizada está no CT do Caju, pois é onde está a sede administrativa do Atlético", diz o advogado do clube, Luiz Fernando Pereira.

Depois do Mundial, todo o setor administrativo do Furacão foi transferido de um prédio na Rua Petit Carneiro para o centro de treinamento, no CT, no bairro Sítio Cercado.

Pereira diz não entender o motivo de a prefeitura apelar a uma liminar e diz que não existe um cronograma oficial para a conclusão desta obra. **(RM)**

0 8 JUL 2015

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

## Empregado tem direito de "demitir a empresa"

A Justiça concedeu o direito à rescisão indireta do trabalho a um funcionário do frigorífico da Sadia, em Toledo (PR), que desenvolveu doença devido às condições ergonômicas inadequadas na linha de corte de suínos. Ficou comprovado que a Sadia não alterou as funções do empregado mesmo após o agravamento da doença. A rescisão indireta está prevista na lei trabalhista quando ocorre falta grave do empregador, permitindo ao empregado romper o contrato com direito às verbas rescisórias, inclusive à multa de 40% do FGTS.

A Justiça também decidiu que a Brasil Foods, controladora da marca Sadia, deverá indenizar o trabalhador em R$ 6 mil por danos morais. A 5.ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná entendeu que a empresa deu causa à rescisão indireta ao não tomar providências para garantir um ambiente de trabalho seguro. Ainda cabe recurso.

O empregado trabalhou dez anos no corte de suínos, executando em pé e em mobiliário inadequado cerca de 1.080 flexões no ombro, sempre com esforço de manuseio de cargas entre 1 quilo e 16 quilos. Desenvolveu tendinopotia do supraespinhoso do ombro esquerdo. Informada sobre o agravamento das condições de saúde, a empresa não alterou as funções do empregado, que em 2004 ajuizou ação na Justiça do Trabalho. A empresa disse não ter sido comprovada a falta grave e ressaltou que uma suposta inobservância de condições ergonômicas e normas de saúde e higiene não são causas de descumprimento contratual. Mas com base na prova pericial, o juiz Fabricio Sartori concluiu que o ambiente de trabalho foi a causa da doença.

CÓDIGO PENAL

## Lei que torna homicídio de policiais crime hediondo é sancionada

A presidente Dilma Rousseff (PT) sancionou lei que torna crime hediondo e qualificado o assassinato de policiais civis, militares, rodoviários e federais, além de integrantes das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança Pública e do Sistema Prisional, seja no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão do cargo ocupado. A lei ainda determina que a lesão corporal cometida contra esses agentes de segurança em serviço, e seus parentes, será aumentada de um a dois terços. Em todos esses casos, a pena será de reclusão de 12 a 30 anos. Atualmente, a pena de homicídio simples varia de 6 a 20 anos de prisão.

JUSTIÇA

## STF dispensa Barusco de ir à CPI e inviabiliza acareação com Vaccari

O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar para dispensar o ex-gerente de Serviços da Petrobras Pedro Barusco de participar de acareações na CPI que investiga o esquema de corrupção na estatal. Ele havia sido convocado para participar de sessões nos dias 8 e 9 com o ex-diretor da estatal Renato Duque e com o ex-tesoureiro do PT João Vaccari. Na prática, portanto, as sessões de acareação nas quais era esperada a presença de Barusco ficam inviabilizadas. A defesa do ex-gerente da Petrobras alegou ao STF que ele possui câncer ósseo e tem dificuldades de locomoção.

08 JUL 2015

GAZETA DO POVO

# Cursos promovem conhecimento sobre o trabalho dos cartórios

A Escola de Magistratura do Paraná (Emap) promoveu, pela primeira vez, um curso voltado exclusivamente para a capacitação em Direito Notarial e Registral. De acordo com a Emap, que é vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) e à Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o programa teve como principais objetivos capacitar juristas de outras áreas (advogados, juízes, desembargadores) a respeito do Sistema de Registros Públicos e sua disposição na estrutura do Poder Judiciário, abordar a sistemática de remuneração e estudar os institutos do Direito Civil que dizem respeito aos atos notariais e registrais.

Segundo o coordenador geral de cursos da Emap, Rodrigo Dalledone, o evento expôs de forma mais aprofundada os fundamentos dos direitos notarial e registral - ramos do Direito com os quais, na maioria das vezes, não se tem contato na faculdade. "A demanda do curso tem a ver com a própria função fiscalizatória do Poder Judiciário de supervisionar as atividades notariais e de registro. Temos um corpo notarial e registral cada vez mais qualificado, que estuda e se prepara. Então, há necessidade de que o juiz também esteja apto a responder dúvidas para exercer essa atividade de fiscalização nos termos da Constituição", explica Dalledone. "O estudo, a aproximação e o debate em torno de pontos em comum, servem exatamente para criarmos essas pontes e, sobretudo, desenvolver uma cultura de estudo do direito notarial e registral aqui no Paraná", conclui.

Com o novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor no dia 16 de março de 2016, a busca pelo conhecimento das questões relacionadas aos Serviços Notariais e de Registro tem aumentado. Nesse cenário, a Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), que conta com a Escola Nacional de Notários e Registradores (Ennor), tem promovido cada vez mais cursos com esse foco. "A capacitação e o constante aperfeiçoamento são importantes, pois aumentam a eficiência, agilidade e segurança dos serviços prestados aos usuários", ressalta Robert Jonczyk, presidente da Anoreg-PR.

A Ennor promove cerca de dez cursos por ano sobre o funcionamento dos cartórios extrajudiciais. Muitas vezes, em parceria com alguma empresa que esteja interessada em expandir o tema entre seus funcionários. As capacitações são ministradas pelo corpo docente da escola, que é constituído por especialistas, mestres ou doutores em direito notarial e de registro, com amplo conhecimento na atuação da área extrajudicial. Cursos como o de Capacitação em Direito Imobiliário, ou Notarial e de Registro, e o de Grafotecnia e Documentoscopia estarão disponíveis em breve no site da Anoreg-BR www.anoreg.org.br/cursos.

GAZETA DO POVO 08 JUL 2015

ALEXANDRE BORGES

## Falhamos

No fim de abril, o assassino de Victor Hugo Deppman foi solto. Em 9 de abril de 2013, seu último dia de vida, Victor tinha 19 anos. Seu assassino estava a três dias de completar 18. Victor não reagiu, apenas entregou o celular e recebeu um tiro na cabeça. Sua mãe ouviu o disparo.

O leitor dificilmente saberá o nome do homicida que ficou apenas um ano e 11 meses em reclusão, nem conhecerá seu rosto. Seu registro foi apagado de qualquer documento legal e, aos 19 anos (idade de Victor quando foi covardemente morto), está livre para viver a vida que negou ao universitário. Após o crime, o bandido foi entregue à polícia por sua mãe evangélica, uma cristã da vida real, daquelas que são diariamente difamadas por roteiristas de novela e sociólogos de botequim.

Com Victor, todos nós morremos um pouco. A sociedade brasileira falhou com ele, com seus pais, com seus amigos e familiares, e principalmente com todos os jovens que optaram por trabalhar e estudar em vez de roubar, estuprar e matar, independentemente da faixa de renda. O crime não depende do quanto se tem na carteira, mas do quanto se deseja saquear da carteira alheia.

Numa reportagem reveladora do jornal *O Globo* publicada em 2010, ficamos sabendo que nenhum dos 22 colegas de primário de Fernandinho Beira-Mar, o traficante mais famoso do país, entrou para o mundo do crime. Nenhum. Como disse um deles, "não é porque você nasce e mora numa comunidade carente que você vai virar bandido. O jovem se torna um criminoso quando não tem apoio da família. Você é o que deseja ser". A mesma educação, destinos totalmente diferentes.

Deixo para especialistas a tarefa inglória de entender como alguém coloca a cabeça no travesseiro e dorme defendendo que psicopatas como o assassino de Victor estejam nas ruas, algo que nem sua própria mãe biológica quis, enquanto o rapaz está morto e sua família, destroçada. As próximas vítimas desse criminoso também não terão a oportunidade de saber.

Os pais de Victor hoje lutam pela redução da maioridade penal, mas, como suas ideias não reforçam a narrativa dominante na imprensa, foram alijados do debate — assim como 90% da população brasileira. Mas, para qualquer artista, esportista ou subcelebridade que queira emergir das trevas do ostracismo, basta repetir as palavras de ordem da esquerda que sempre haverá um jornal ou blog para repercutir.

A morte de Victor, como na música, não tem sentido, nem nunca terá. Nada poderá trazer Victor de volta, mas a cada dia que seu assassino estiver livre nas ruas o país que trabalha, estuda e produz é esbofeteado, ameaçado e humilhado.

Enquanto a sociedade é hipnotizada por narrativas construídas a partir de cartilhas políticas, pessoas de verdade, de carne e osso, estão morrendo nas ruas. Criminosos são incensados pela pior escória moral da política e da imprensa, os sociopatas que cospem nos cadáveres de inocentes enquanto simulam indignação em casos frívolos ou simplesmente fabricados para substituir o bom senso por fetiches ideológicos. Edmund Burke classificou esse tipo de hipócrita como alguém que ama a humanidade e detesta o próximo.

Mais uma vez, o crime compensou no Brasil. Outro criminoso está nas ruas, com ficha limpa, buscando o próximo Victor. Que a morte de inocentes como ele assombre para sempre os defensores da legislação que garante a impunidade de seus assassinos. Enquanto isso, fica a esperança de que os "poetas delirantes" e "profetas embriagados", os que não têm vergonha nem nunca terão, tenham ao menos algum respeito pelas famílias das vítimas.

**Alexandre Borges**, publicitário, é diretor do Instituto Liberal.

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Para a oposição, Dilma tenta inibir ação de tribunais

## Um dia após presidente desafiar quem quiser tirá-la do cargo, PSDB diz que ela tenta 'constranger' órgãos que a investigam

Um dia após a entrevista da presidente Dilma Rousseff à **Folha**, na qual ela desafiou a oposição a tentar tirá-la do cargo, líderes de PSDB e DEM reagiram.

Os partidos acusaram a petista de adotar uma atitude de "imperial" e de tentar "constranger" instituições que conduzem investigações sobre suas contas (Tribunal de Contas da União) e sua campanha à reeleição (Tribunal Superior Eleitoral).

"Ela é imune a tudo? É uma postura imperial, não é uma postura republicana", disse o líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO).

Aécio Neves (MG), presidente do PSDB, disse ver a petista fragilizada e rebateu a declaração de Dilma de que parte dos rivais tem posição "golpista". "Discurso golpista é o do PT, que não reconhece os instrumentos de fiscalização e de representação da sociedade".

Para o tucano, o PT tenta "constranger e inibir a autonomia e a independência das instituições brasileiras".

A base governista prestou apoio à presidente. Para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), Aécio é o "porta-voz do golpe".

Mas, reservadamente, senadores do PMDB e até do PT consideram que Dilma exagerou no tom e atrapalhou articulação para baixar a temperatura da crise.

08 JUL 2015
FOLHA DE S. PAULO

# Para oposição, Dilma tenta inibir atuação de tribunais

## Aécio diz que presidente quer 'constranger' investigações no TCU e no TSE

**Em entrevista à Folha, petista disse que adversários são 'golpistas' e não têm motivo para afastá-la**

Em resposta ao desafio lançado pela presidente Dilma Rousseff em entrevista à **Folha**, quando disse que os adversários não terão êxito se tentarem afastá-la do cargo antes do fim do seu mandato, líderes da oposição acusaram a petista de tentar constranger as instituições que investigam as contas do governo e sua campanha à reeleição.

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), disse que viu na entrevista a presidente "cada vez mais fragilizada", tentando "constranger e inibir instituições legítimas" como o TCU (Tribunal de Contas da União) e o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O TCU apontou irregularidades nas contas do governo Dilma em 2014. O TSE conduz uma investigação sobre suspeitas de abuso de poder econômico durante a campanha da presidente à reeleição.

"O discurso golpista é o do PT, que não reconhece os instrumentos de fiscalização e de representação da sociedade em uma democracia", afirmou o senador tucano em nota distribuída para rebater as declarações da presidente.

"Os partidos de oposição continuarão atentos e trabalhando para impedir as reiteradas tentativas do PT para constranger e inibir a autonomia e independência das instituições", acrescentou.

Em entrevista à **Folha**, Dilma chamou os adversários para briga: "Eu não vou cair", disse. "Não tem base para eu cair. E venha tentar". Ela afirmou que alguns de seus opositores tem comportamento "golpista", sem identificá-los.

O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO) questionou os ataques da petista à oposição. "Ela é imune a tudo? É uma postura imperial, não é uma postura republicana." Para ele, a presidente está "escrevendo o script" de quem está deixando o poder.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Carlos Sampaio (SP), disse que Dilma revelou "prepotência" e "uma desconsideração para com os órgãos de controle do país".

Vista como sua primeira reação significativa depois do agravamento da crise política, a entrevista da presidente recebeu várias manifestações públicas de apoio na base governista, mas não foi unanimidade entre seus aliados.

Reservadamente, senadores do PMDB e do PT avaliaram que Dilma exagerou no tom. Um peemedebista disse que ela "deu uma de Collor" e "chamou a crise para si".

Um petista afirmou que a presidente atrapalhou toda uma articulação montada na última segunda-feira (6) para baixar a temperatura da crise e provocou novas reações da oposição contra ela.

Segundo ele, estava tudo acertado para que líderes governistas assumissem a defesa de Dilma, como ocorreu na divulgação de uma nota conjunta em apoio a ela, assinada por 11 partidos aliados.

Além da articulação para que os ministros Nelson Barbosa (Planejamento) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) fossem acionados para dar "explicações exaustivas" ao Congresso.

Foi aprovado nesta terça convite para que os dois falem no Congresso sobre as chamadas "pedaladas fiscais", que são consideradas irregulares por técnicos do TCU e podem levar à rejeição das contas de Dilma. Eles já foram nesta terça à Câmara falar com a bancada do PT.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 JUL 2015

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), acusou Aécio Neves de ser o "porta-voz do golpe" e pediu que honrasse a "história de seu avô", o presidente Tancredo Neves (1910-1985).

A nota dos partidos aliados, costurada pelo governo e elaborada durante reunião no gabinete do vice-presidente Michel Temer, diz que eles "manifestam o seu apoio à presidenta e ao vice-presidente" e "reafirmam seu profundo respeito à Constituição". (FLÁVIA FOREQUE, MARIANA HAUBERT, MARINA DIAS E VALDO CRUZ)

Ed Ferreira/Folhapr

**"Na verdade o discurso golpista é o do PT, que não reconhece os instrumentos de fiscalização e de representação da sociedade em uma democracia**

AÉCIO NEVES (PSDB-MG)
presidente do partido e senador, em nota

**"É o discurso do 'eu me garanto', 'não me intimidam' [...]. Ela é imune a tudo? É uma postura imperial, não é uma postura republicana**

RONALDO CAIADO (DEM-GO)
líder da bancada do partido no Senado

**"O PMDB tem sido o pilar da governabilidade. E quer, claro, colaborar para que tenhamos saídas corretas para o país. Mas dentro da lei, da Constituição**

RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
presidente do Senado

**"Aécio tem se caracterizado como o porta-voz do golpe. [Ele] Deveria pelo menos honrar a história do seu avô [Tancredo Neves]**

JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)
líder do governo na Câmara

CONTINUA

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

# Aliados criticam tom e dizem que fala não estanca crise política

VERA MAGALHÃES
EDITORA DO PAINEL

A presidente Dilma Rousseff repetiu várias vezes na entrevista à **Folha** que não vai cair, como se todos os caminhos possíveis para abreviar seu mandato dependessem de ato de vontade.

Nas três hipóteses que podem levar a esse desfecho — impeachment, cassação ou renúncia—, só a última depende exclusivamente dela.

O tom "bravateiro" e "autossuficiente" da presidente, como classificaram dois aliados de proa, não agradou nem mesmo o PT e os partidos da base.

Um petista diz que não é o momento de a presidente querer "resolver tudo sozinha", "no gogó". Um cacique peemedebista notou que não cabe à presidente discutir o próprio impeachment.

A fala não pacificou nem a ala do PT que, na véspera, se queixava do alheamento da presidente diante da escalada vertiginosa da crise.

Enquanto tucanos berravam na convenção de domingo que seu governo podia ser abreviado, Dilma saudava nas redes sociais a vitória do Chile sobre a Argentina.

Além disso, aliados se queixam da falta de perspectivas na entrevista. Dilma bate no peito e diz que fica, mas não fala em conciliação institucional nem no pós-ajuste.

Os mais realistas no governo e no PT sabem que apontar a "oposição golpista" como a origem das ameaças funciona para a plateia, mas não condiz com a realidade.

Ministros do STF, do TSE e do TCU, senadores e deputados de vários partidos da base, advogados e empresários conversam sobre meios de ejetá-la da cadeira, analisando qual é mais viável, mais rápido, menos traumático.

Nenhum desses atores se lançará de pronto ao "fora Dilma". Todos sabem que faltam provas de crime de responsabilidade ou crime eleitoral da petista, apoio popular e união de forças políticas para galvanizar o processo.

Ao circunscrever o tema à oposição Dilma corre o risco de não estancar a sangria.

É o PMDB que pode fazer avançar alguma das frentes abertas para apeá-la do poder. E a negociação no partido não se dá num só guichê, mas em pelo menos três.

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Coronel alertou sobre 'abuso' antes de ação policial no Paraná

## Geha foi afastado no dia anterior ao confronto com professores

Comandante inicial da operação que deixou quase 200 feridos num protesto contra o governo Beto Richa (PSDB), o coronel da Polícia Militar do Paraná Chehade Elias Geha alertou os superiores sobre o "flagrante abuso de autoridade" da ação e acabou afastado um dia antes do confronto.

Geha depôs ao Ministério Público do Estado sobre o episódio, no qual manifestantes, a maioria professores, foram alvos de balas de borracha.

Ele era um dos militares a cargo da operação, que pretendia impedir a invasão da Assembleia e permitir a votação do projeto que alterou a previdência dos servidores. A lei gerou uma economia bilionária ao governo, que enfrenta uma crise financeira.

**O coronel da Polícia Militar do Paraná Chehad Elias Geha**

Em mensagem de celular ao então subcomandante-geral da PM, Geha disse que impedir o acesso aos arredores do prédio criaria "um grave problema" para "a imagem do Estado, governo, PM e da segurança da Assembleia".

"Não vejo como impedir o acesso de pessoas, caminhão de som, montagem de barracas. Nossa missão é garantir que a Assembleia não seja invadida e, caso ocorra, reintegrar a mesma. Outras providências caracterizam abuso de autoridade", escreveu ele.

O plano das autoridades era impedir a circulação e manifestação de pessoas no entorno da Assembleia. O governo queria "blindar" o prédio, invadido no início do ano por manifestantes.

Geha se opôs ao plano. "Gostaria que reestudassem o que planejaram anteriormente", escreveu no domingo, a três dias da operação.

Na segunda, Geha se reuniu com o então secretário de Segurança, Fernando Francischini, e com o comando da polícia e fez novos alertas.

Na terça, porém, após conduzir negociação para aproximar o carro de som dos manifestantes da Assembleia, Geha foi repreendido e destituído do comando da ação.

Para a Promotoria, a "abrupta e temerária" mudança no comando mostra que as autoridades estavam dispostas "a utilizar seu poderio militar para impedir qualquer manifestação democrática".

Na semana passada, o órgão ingressou com ação de improbidade contra Richa, Francischini e quatro comandantes da operação, por violarem o direito à reunião e à livre manifestação.

### OUTRO LADO

A PM informou que não iria comentar a troca de comando, pois investiga a operação num inquérito próprio, que deve ser concluído até o final do mês. Richa refuta as acusações. Geha não quis dar entrevista. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

## Ministro do STF dispensa Barusco de acareações

DE BRASÍLIA - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Celso de Mello dispensou nesta terça (7) o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco de participar de acareações nesta semana na CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara que investiga irregularidades na estatal.

Na prática, as acareações ficam inviabilizadas porque Barusco seria confrontado com o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e com Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras. O Supremo, no entanto, aponta que apenas o comando da CPI pode cancelar a sessão.

O ministro ponderou que Barusco não teria condições de participar da CPI por causa de sua saúde. O ex-gerente sofre de câncer ósseo.

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Juiz do Rio compara funk 'proibidão' a versos censurados de Chico Buarque

## Para magistrado, músicas 'nada mais fazem do que retratar o cotidiano das favelas cariocas'

**BRUNA FANTTI**
DO RIO

Os versos exaltam brigas entre traficantes rivais, incentivam o consumo de drogas, sexo com menores e mortes de policiais.

Para a polícia, trata-se de apologia ao crime organizado. Já o juiz Marcos Augusto Peixoto, da 37ª Vara Criminal do Rio, classificou os funks chamados de "proibidões" como manifestação artística.

A avaliação do magistrado está registrada em decisão, publicada na segunda (6), que rejeitou denúncia de apologia ao tráfico apresentada pelo Ministério Público.

O acusado era Paulo Martins de Oliveira, 26, detido por PMs na comunidade Chapéu Mangueira, zona sul do Rio, em maio de 2013.

Na ocasião, Oliveira escutava os proibidões em praça pública com amigos. Ao confirmar que era dele o pendrive com os proibidões, foi encaminhado para a delegacia.

O Ministério Público pediu uma pena alternativa, como o pagamento de cestas básicas.

Ao recusar a denúncia, o juiz Marcos Peixoto comparou os proibidões com o repertório de Chico Buarque com críticas ao regime militar.

"Chico Buarque foi um recordista de proibidões, a ponto de, por algum tempo, ter de passar a lançar músicas sob o pseudônimo de Julinho da Adelaide, de modo a driblar os censores (...) Agora, tal proibicionismo se volta contra as músicas que nada mais fazem do que simplesmente retratar o diuturno cotidiano das favelas cariocas", afirmou na justificativa.

O magistrado também citou o filósofo Michel Foucault e o dramaturgo Bertolt Brecht, com escritos sobre controle social e liberdade de expressão. E comparou o episódio às censuras, ocorridas na ditadura, de filmes como "Último Tango em Paris" e "Laranja Mecânica".

"Sem dúvida alguma os proibidões são uma forma de arte. Trata-se de expressão cultural, que deve ser respeitada e debatida, gostemos ou não", disse o juiz à **Folha**.

Ainda na decisão, o juiz criticou a conduta dos policiais.

"[A ação] é uma tentativa de pacificação dos discursos dos excluídos —depois de terem invadidos e controlados seus territórios por Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs)". O morro Chapéu-Mangueira abriga uma UPP desde 2009.

"Trata-se de um programa que só faz tampar o sol com uma peneira cravada de tiros, fruto de uma política de guerra às drogas profundamente equivocada e danosa. O ideal é caminhar no sentido da legalização das drogas", afirmou o juiz à reportagem, sobre o programa de UPPs.

O Ministério Público ainda não foi notificado da decisão.

O Comando de Polícia Pacificadora disse, em nota, que irá continuar com as prisões contra quem escutar proibidões em público. "Enquanto apologia ao tráfico for considerada crime previsto em lei, a Polícia Militar irá cumprir com seu papel", diz a nota.

CONTINUA

0 8 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## TRECHOS DE LETRAS PROIBIDAS

**MC DIGORO**
Os cria tá aí, protegendo o favelão, baile tá lotadão, geral tá abusado, Pé de Pano [traficante que age de forma silenciosa ao atacar seus inimigos] de AK, na contenção do fato

**MC DIGORO**
A liberdade eu peço para o patrão Tolão [traficante Márcio da Silva Lima]

**MC MK**
Verme [gíria para policial militar], vê se saia do primário, faculdade do crime é terceiro [facção criminosa Terceiro Comando Puro], CV [facção Comando Vermelho] é escolinha de otário

**MC MK**
Se o Playboy [Celso Pinheira Pimenta, líder da facção Amigos dos Amigos] botar na Vila vai tomar de para-fal [fuzil ParaFAL], mano Bill tá pesadão, o Astronauta [traficante Marcelo dos Santos das Dores, líder do Terceiro Comando Puro] que falou, se alemão [policial] brotar na Vila sai 90 do tambor [tiros de metralhadora]

**MC CLÉSIO**
Mas o que organiza, deixa vim pesado, de sete meia dois [fuzil FAL 762], G3 [modelo de fuzil] e sig sauro [fuzil Sig Sauer]

**AUTOR NÃO IDENTIFICADO**
Anda pesadão, de AK [fuzil AK-47] mano Coelho, de sete meia dois [fuzil FAL 762] do Grotão [área do Complexo do Alemão], de GB [rifle GB] vem o Cachaça, de sig [fuzil Sig Sauer] o Dezão, MC na pisto uzi [pistola Uzi]

08 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Sensatez parlamentar

Um dia após permitir um irresponsável aumento salarial para o Judiciário, o Senado tomou uma decisão sensata na semana passada: aprovou um projeto de lei que eleva de 70 para 75 anos a idade da aposentadoria compulsória dos funcionários públicos.

O texto, que agora segue para votação na Câmara dos Deputados, propõe apenas o óbvio: estender a todos os servidores o novo teto que a chamada PEC da Bengala instituiu para os ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União.

Promulgada em maio, depois de ter ficado estacionada no Congresso por quase dez anos, essa proposta de emenda constitucional reconheceu uma inexorabilidade demográfica: os brasileiros, na média, vivem cada vez mais, de modo que o limite fixado na Constituição tornou-se muito baixo.

Como o fenômeno não se restringe àqueles tribunais, nada mais natural que fazer a nova regra valer para o conjunto do funcionalismo, em todos os níveis da Federação.

A expectativa de vida no Brasil saltou de 52,4 anos em 1960 para 74,9 hoje; estima-se que chegue a quase 81 anos em 2050. Se em 1960 1,6% dos brasileiros passavam dos 70 anos, em 2050 mais de 15% devem ultrapassar essa faixa etária.

Tal realidade se reflete na máquina pública. Segundo dados do Ministério do Planejamento, pessoas acima de 60 anos representam 10,3% dos trabalhadores da administração federal.

Além disso, 802 servidores civis do Executivo federal saíram compulsoriamente aos 70 no ano passado, número equivalente a 5,1% de todas as aposentadorias nessa esfera de governo em 2014.

A mudança proposta não só mantém a regra previdenciária atualizada em relação à evolução etária brasileira como proporciona economia aos cofres públicos.

Na sessão em que o projeto de lei foi aprovado, por 59 a 5, senadores esgrimiram o argumento de que a alteração impediria a renovação dos quadros burocráticos.

Soa duvidoso, contudo, que cinco anos a mais representem sério bloqueio à oxigenação. Desvios dessa natureza, de todo modo, podem ser evitados por meio de mecanismos que imponham rotatividade nos cargos de direção.

A manutenção de profissionais experientes e qualificados constitui, na verdade, um ganho para a administração pública.

08 JUL 2015

BEMPARANÁ

# Assembleia aprova reajustes diferentes para servidores

## Aumento ficou em 3,45% para o Legislativo; e 8,17% para o Judiciário, Ministério Público e TCE

**CUSTO**

**R$ 52,5 milhões**

é o impacto do reajuste para o TJ em 2015

Ivan Santos

Os deputados estaduais aprovaram ontem, em primeiro turno, reajustes salariais diferentes para os servidores do Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. Para os funcionários da própria Assembleia, foi aprovado por 41 votos favoráveis e sete contrários o aumento será de 3,45% a ser pago em outubro – como aprovado para os servidores do quadro geral do governo do Estado. Já para os servidores dos demais poderes foi aprovado, por unanimidade, o reajuste de 8,17%, a ser pago no mês que vem, com valor retroativo a 1º de maio deste ano.

A discussão se arrastava desde o mês passado, quando os parlamentares aprovaram o reajuste geral do funcionalismo sob forte pressão da greve dos professores e manifestações dos servidores. Na primeira proposta encaminhada à Casa, o governo previa reajuste de 5% dividido em duas vezes. A fórmula final, que além dos 3,45% em outubro deste ano, prevê outros 8,5% em janeiro de 2016, relativo à inflação estimada para 2015; e as perdas inflacionárias de 2016, em janeiro de 2017, acrescido de 1%, só foi aprovada no dia 29. Ela foi elaborada pelos próprios deputados governistas, que se recusaram a assumir novo desgaste de votar a proposta do Executivo.

Isso depois da pressão sofrida em fevereiro, quando o governo foi obrigado a retirar de pauta o pacote de corte de gastos e benefícios do funcionalismo após a invasão da Assembleia. E após o confronto entre policiais e manifestantes do dia 29 de abril, durante a votação das mudanças no Paraná Previdência, que acabou com mais de 200 feridos.

Com o fim da greve dos professores e a aprovação do projeto, os deputados passaram a discutir o reajuste dos servidores dos demais poderes. Enquanto Judiciário, MP e TCE usaram suas prerrogativas para garantir a reposição integral da inflação para seus funcionários, a Mesa Executiva da Assembleia e a liderança do governo preferiu repetir o mesmo índice concedido pelo Executivo para o quadro geral dos servidores. O argumento era de que seria incoerente promover aumento maior para o Legislativo, depois de aprovar os 3,45% para os funcionários do governo.

No final, prevaleceu a vontade do Palácio Iguaçu e do presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), de seguir o mesmo índice dos servidores do Executivo – apesar do Legislativo, assim como o Tribunal de Justiça, MP, TCE – ter autonomia financeira e orçamento próprio – e recursos para garantir a reposição da inflação de seus funcionários.

"Não posso interferir em propostas encaminhadas pelo TJ, que é um poder independente", disse Traiano, que alegou ter conversado com a cúpula do MP e do Tribunal de Contas, mas que ambos os órgãos decidiram pela reposição imediata da inflação para seus servidores

CONTINUA

08 JUL 2015

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

. "Em relação à Assembleia, seria um contrasenso nós agirmos diferente", argumentou o tucano. "Seria profundamente incoerente a Assembleia aprovar um reajuste diferente do que aquele estabelecido para o Executivo", reforçou o líder da bancada do governo, deputado Luiz Cláudio Romanelli.

**Édipo** — A Oposição chegou a articular uma emenda para garantir os 8,17% para os servidores da Casa, mas desistiu depois que os funcionários efetivos da Assembleia decidiram apoiar os 3,45%. "O Legislativo está cometendo um erro. Passando uma imagem ruim. Uma espécie de complexo de Édipo ao contrário. Porque a mesma coragem que os deputados têm para aprovar um reajuste menor para seus funcionários, não tem para o Judiciário e o Ministério Público?", questionou ontem o deputado Péricles de Mello (PT).

08 JUL 2015

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

# Habeas Corpus redigido em papel higiênico

*Jônatas Pirkiel

O fato é interessante não fosse revelador do descaso com que são mantidos e tratados os presos no Brasil, cujo sistema penitenciário, abrigando mais de meio milhão de pessoas, é precário e caro. Tendo sido já comparado à "escola de preparação para a delinquência", entre outros motivos, até para preferir a morte do que a nele ser levado.

Noticia o Superior Tribunal de Justiça que recebeu em seu protocolo um pedido de "habeas corpus", redigido por um preso da penitenciária de Guarulhos/SP, remetido pelos Correios, redigido em papel higiênico, com aproximadamente dois metros, que será digitalizado e distribuído regularmente, sob no. HC 328.126, a um dos ministros da Corte.

Pede o preso, na medida heroica, que lhe seja concedida a progressão ao regime semiaberto, visto que teria cumprido metade da pena sem nenhum registro de falta disciplinar, e que estaria sofrendo constrangimento ilegal porque já teria preenchido todos os requisitos para a concessão do benefício, apontando o Tribunal de Justiça de São Paulo como autoridade coatora. Como sabido: "...o inciso LXVIII, do artigo 5º da Constituição Federal, como instrumento de defesa da liberdade de locomoção, o habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, em favor de si mesma ou de outra, não precisa de advogado nem exige forma específica...".

Sem entrar no mérito do pedido, até porque isto será feito pelo relator do feito, cuja probabilidade é grande de ser recusado, ante a ausência de pedido nas instâncias ordinárias, em particular ao Juízo das Execuções Penais, por si ou via assistência judiciária, e a própria recusa à concessão do benefício, que seria objeto do constrangimento, o certo é que o procedimento não é inusitado. No mesmo STJ já havia chegado pedido na mesma forma, e também um outro, vindo de detento do Ceará, redigido em um pedaço de lençol.

Tudo a demonstrar a falta de assistência judiciária adequada em nossos presídios, além de nem mesmo uma ou duas folhas de papel "sulfite", formato A4, ser fornecida ao detentos que desejam exercer, em tese, seus direitos constitucionais. Mas, a par da vergonha que o sistema penitenciário representa, os fatos são tidos como inusitados pelo Superior Tribunal de Justiça, a ponto de serem incluídos no acervo do museu do Tribunal Superior de Justiça.

Note-se que a precariedade e as mazelas do sistema penitenciário não são inusitados...

*O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

BEMPARANÁ
PAINEL
08 JUL 2015

## Refrigerante

A presença de um objeto estranho em uma garrafa de refrigerante, desde que não ingerido, não gera direito à indenização por danos morais. O entendimento é do 2º Juizado Especial Cível de Brasília. A mera visualização do corpo estranho na embalagem não é suficiente para afrontar a integridade física ou moral do consumidor.

## Auditoria

Chamar o empregado para depor em auditoria interna que apura possíveis fraudes é um direito da empresa e não gera dano moral. O entendimento é 1ª Turma do TST.

## Arma

Se a arma de fogo não funciona, a pessoa não pode ser indiciada por porte ilegal, pois não oferece risco à segurança pública. A decisão é da juíza da 10ª Vara Criminal de Goiânia.

## Honorários

A Comissão de Defesa dos Honorários Advocatícios da OAB-PR promove o 5º Encontro de seu Ciclo Permanente de Debates sobre Honorários Advocatícios, no dia 08 de julho às 19h. Na pauta, as técnicas para estipular os honorários contratuais de modo adequado de acordo com a realidade de cada advogado/escritório. Inscrições gratuitas e limitadas.

## Nulidade

A Corte Especial do STJ reconheceu a possibilidade de impugnação de nulidade absoluta após o trânsito em julgado, mediante simples petição nos autos.

## Pós-graduação

As inscrições para os cursos de Pós-Graduação da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) estão abertas. Os cursos são: Direito Constitucional, Processo Civil - Novo CPC, Direito Empresarial e Civil, Direito e Processo Tributário, Direito Penal e Processo Penal, Direito das Famílias e Sucessões e Direito do Trabalho e Previdenciário. As matrículas podem ser feitas no link www.abdconst.com.br/matricula.

07 JUL 2015

LIDE PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Encontro empresarial traz ex-ministro Joaquim Barbosa à Curitiba

Com o tema "O poder e a ética no Brasil", o grupo de líderes empresariais LIDE Paraná realizou no Castelo do Batel, em Curitiba, mais uma edição de evento, com a presença do o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa, o célebre relator do julgamento de um dos episódios mais importantes da história política recente do Brasil, o "Mensalão". Entre os temas abordados, a questão levantada por Joaquim configura um desafio que permeia a dinâmica da atual sociedade brasileira: "É possível ser ético em mundo em que a regra é a falta de ética?". Barbosa também defendeu a importância de atuar com instituições fortes, e de investir na educação e na formação sociopolítica da população. Para o presidente do LIDE Paraná, Fabrício de Macedo, promover o debate de temas atuais e relevantes é um foco importante da atuação do grupo. "O LIDE é uma organização ligada principalmente ao corporativo e à sociedade como um todo, política, empresarial, na saúde, no esporte, enfim, tudo o que é pertinente na sociedade. Sempre procuramos ícones, exemplos. E Joaquim Barbosa é um exemplo de ética. Ele nos espelha", define.

"O LIDE é uma organização ligada principalmente ao corporativo e à sociedade como um todo, política, empresarial, enfim, tudo o que é pertinente na sociedade. Joaquim Barbosa é um exemplo de ética. Ele nos espelha" - Presidente LIDE Paraná, Fabrício de Macedo

Paulo Roberto Vasconcelos, Joaquim Barbosa e Fabricio de Macedo

07 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Curso para magistrados discute aspectos da linguagem

## Uma sentença envolve mais do que isso", refletiu, explicando sobre sua proposta de construir uma discussão multidisciplinar sobre a escrita do Direito

Os aspectos técnicos da língua e as diferentes funções que o magistrado faz dela em seu dia a dia de trabalho são temas abordados no módulo "Português Jurídico", do Curso de Formação Inicial na Carreira da Magistratura da 4ª Região, promovido pela Escola de Magistratura (Emagis) do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

O objetivo do módulo é proporcionar diferentes visões a respeito do texto, o que para o coordenador, desembargador federal Cândido Alfredo Leal Júnior, enriquecem a atuação do juiz. "Para produzirmos uma sentença, não basta o conhecimento jurídico. Uma sentença envolve mais do que isso", refletiu, explicando sobre sua proposta de construir uma discussão multidisciplinar sobre a escrita do Direito.

Na manhã desta segunda-feira (6/7), o módulo propôs aos novos juízes federais substitutos, aprovados no XVI Concurso, uma experiência diferente: o contato com magistrados que circulam também por textos em prosa e poesia, refletindo sobre os intercâmbios entre Direito e Literatura.

A desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, presidente do TRF4 no biênio 2011-2013, relatou suas experiências de leitura e seu contato com a literatura desde a infância. "A obra literária, e também o cinema, são narrativas que nos impactam e nos fazem ver outras realidades, aumentando nossa visão de mundo", refletiu. Sobre a relação com o Direito, a desembargadora destacou que "ambas as áreas possuem o mesmo fundo: a vida, nascimento e morte, conflitos e Justiça. Literatura e Direito tratam de ideais, de um mundo possível".

Lembrando casos em que a compreensão da literatura auxilia na própria evolução da Justiça, a magistrada recordou discussões a respeito do Direito de Saúde ocorridas na última década. Para Marga, a situação foi debatida com mais propriedade a partir de romances como "Um diário do ano da peste", de Daniel Defoe, e "A balada de Adam Henry", de Ian McEwan.

Em seguida, o juiz federal Marcel Citro de Azevedo, da 19ª Vara Federal de Porto Alegre, destacou o papel do magistrado enquanto escritor: "Todo juiz, ao escrever uma sentença, constrói um novo capítulo desse imenso livro que é o Direito". Autor de "Travessia – 15 contos peregrinos" e vencedor do Prêmio Açorianos de Criação Literária, em 2010, Azevedo destacou a ambiguidade desse papel, brincando: "durante o dia, como juiz, passo resolvendo dilemas. À noite, escrevendo, tenho que criar conflitos nas minhas histórias".

07 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# MP ajuíza ação por superlotação em CMEIs

MP constatou também que vários CMEIs de Araucária não têm Licença da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros para funcionamento

A 2ª. Promotoria de Justiça de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, propôs ação civil pública contra o Município e o prefeito por irregularidades nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da cidade. Atendendo ao pedido do Ministério Público, a Justiça determinou liminarmente que sejam tomadas, no prazo de 90 dias, todas as medidas necessárias para que os CMEIs Primavera e Bernardo Von Muller Berneck – Centros em situação mais grave – obtenham o Certificado de Regularidade do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária e sejam sanadas todas as irregularidades encontradas na unidade.

O MP constatou que vários CMEIs de Araucária não têm Licença da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros para funcionamento. Além disso, não respeitam a relação mínima entre o número de profissionais e o número de crianças: na faixa de zero a dois anos, um adulto para até seis crianças; para crianças de três anos, um adulto para no máximo dez; e na faixa de quatro a cinco anos, um adulto para até 16 crianças.

Outro fator que afeta a qualidade do atendimento é a superlotação das unidades. Os berçários, que recebem crianças de até dois anos, precisam ter área de pelo menos 2,2 m2 por criança, e os CMEIs, que atendem crianças de dois a seis anos (do maternal à pré-escola), devem respeitar a área mínima de 1,5 m2 por criança – essas áreas não têm sido respeitadas nos Centros de Araucária.

Caso não cumpram as medidas exigidas pela Justiça, o Município e o prefeito ficarão sujeitos à pena de multa diária de mil reais cada.

LEANDRO MAZZINI

**CASO PAVESI**

A Justiça de Poços de Caldas (MG) agendou para abril de 2016 o julgamento, por júri popular, de quatro médicos acusados de tráfico de órgãos, cercados após a morte do garotinho Paulo Pavesi, 10 anos, no início dos anos 2000. O pai, numa campanha solitária, denunciou o caso ao saber da retirada de órgãos do menino ainda vivo.

**SOBRA FÉ**

Enquanto tramita a Lei Geral das Religiões no Senado, e o STF analisa a obrigatoriedade, ou não, do ensino religioso nas escolas, há mais por vir no debate: tramita na Câmara projeto que permite a profissionais de clínicas de recuperação de dependentes químicos a 'falar sobre religião', desde que internos 'não sejam forçados'.

07 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO CARDOSO DA COSTA

# Sem idade para crimes

*Quem assiste às sessões da Câmara dos Deputados tem todo direito de não acreditar na evolução deste país. É de doer perceber o despreparo de quase todos os representantes do povo para enfrentar determinadas matérias com serenidade e domínio. Está sendo assim com a diminuição da maioridade penal.*

*Na sociedade dois blocos se formaram; os favoráveis e os contrários. No Congresso são vários grupos, a maioria varia entre os quase contra e os quase a favor. É o muro funcionando.*

*Quem é a favor, basta apresentar o número de atrocidades praticadas por menores e a correlação com penas brandas, com no máximo três anos de internação, quase nunca cumpridos integralmente.*

*Os contrários têm uma vasta relação de justificativas, que podem ser incluídas no velho e batido clichê de que "quem quer resolver sempre arruma um jeito, quem não quer arruma uma desculpa".*

*Alegam, principalmente, que os menores vão para cadeias que são verdadeiras escolas do crime. Dentre estes, está o ministro da Justiça. Numa sociedade mais reativa, esse ministro não ficaria no cargo com um argumento desses. Bastaria indagar-lhe de quem é a responsabilidade pela construção, pelos "alunos e professores" e funcionamento geral dessas escolas.*

*Uma prisão digna, com funcionamento adequado é pura e exclusivamente atribuição dos governos. As penitenciárias deveriam se limitar a manter as pessoas reclusas, sem permitir abusos, maus-tratos; onde prevaleça a ordem, que tenham projetos de inclusão social, assistência psicológica e, além de tudo, de segurança para todos. E se de lá saem piores não é pela vontade nem participação da sociedade, a principal prejudicada dessa história.*

*Quem faz essa defesa, é como se fizesse uma birra com a população. Ou escolhe ficar com um bandido que "só" mate alguns enquanto menor, ou um matador em série após a prisão.*

*A maioria dos argumentos é desfocada dos verdadeiros responsáveis e causas. Numa discriminação típica de quem tem o preconceito intrínseco, responsabiliza o meio social como o fator determinante de crimes como estupro, sequestro e outros. Essa não é só banal, é uma injusta discriminação social. Todo mundo sabe que a bandidagem mais perniciosa a todos não está nas "comunidades".*

*Ainda que fosse isso, as medidas preventivas devem ser implementadas para evitar os crimes. Parece óbvio. Após os crimes, a discussão é se os autores devem ou não ser punidos. Ainda que distorcido todo o debate, a Câmara dos Deputados aprovou a punição "como adultos" para maiores de 16 anos que cometam crimes hediondos e – olha isso! – assassinatos dolosos. Assassinato doloso não é hediondo? E deixaram como antes a permissão, por exemplo, para continuarem traficando. Parece deliberado para não prejudicar o ramo de atividade criminosa que, segundo eles mesmos e todos os especialistas, mais se utilizam de menores como porta de entrada para os demais crimes.*

*Esse Congresso é ou não é de doer? Quem comete crime não deve ser punido "como adulto"; deve ser punido "como criminoso".*

***Pedro Cardoso da Costa** – Interlagos/SP - Bacharel em direto*

07 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Decisão mantém indenização a gerente que perdeu comissão usufruída por mais de 10 anos

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve por maioria a condenação imposta ao Banco do Brasil pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), de pagar R$ 40 mil por danos morais pela retirada da função comissionada de um empregado concursado exercida por mais de 10 anos.

O caso ocorreu em 2012 quando o gerente perdeu o cargo sob a alegação de não ter mantido o padrão adequado à agência. Com a mudança, o trabalhador afirmou que teve uma perda salarial de quase 50% do total de seus vencimentos. Na reclamação trabalhista, ele disse que o descomissionamento foi injusto e que o rebaixamento de cargo o teria deixado humilhado.

Após avaliar as normas internas do Banco do Brasil, o juiz entendeu que não houve "justo motivo" para o descomissionamento, e determinou o retorno do funcionário ao cargo de gerente, assim como o pagamento de R$ 40 mil a título de danos morais.

Em recurso ordinário, o Banco do Brasil defendeu que o cargo de gerente geral é tão importante para a instituição que apenas um ciclo de avaliação negativa já é a suficiente para retirada do cargo. Segundo a defesa, um gerente geral deve se manter sempre atualizado diante de um mercado hiperdinâmico e tecnológico.

Os desembargadores do TRT15 consideraram que, de fato, as normas internas do banco permitiam a retirada da função. No entanto, por respeito ao direito do trabalhador à estabilidade financeira e conforme entendimento da Súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho, deveria ser mantido nos vencimentos do trabalhador o benefício pecuniário que percebia em razão do exercício de cargo em comissão. Em decorrência desse fato, o Regional manteve a indenização por danos morais.

O desembargador convocado para o TST, Cláudio Couce, relator do recurso do banco, desconsiderou a alegação de violação ao artigo 927 do Código Civil, que trata da obrigação de indenizar quando houver ato ilícito. O relator reiterou a posição do TRT15 de que o ato ilícito não está na perda do cargo em comissão, mas na redução nos vencimentos. A decisão foi por maioria, vencido o ministro Renato de Lacerda Paiva.

07 JUL 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TRF4 – Tribunal nega habeas corpus preventivo em favor de José Dirceu

O juiz federal Nivaldo Brunoni, convocado para atuar no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) durante as férias do desembargador federal João Pedro Gebran Neto, negou hoje (3/7), por volta de 13h, o pedido de habeas corpus (HC) preventivo impetrado ontem em favor de José Dirceu.

O habeas foi ajuizado pelos advogados de defesa de José Dirceu com o objetivo de "afastar o suposto constrangimento ilegal" de uma prisão preventiva no processo da Operação Lava Jato. Conforme a petição, a divulgação do conteúdo da delação premiada realizada pelo investigado Milton Pascowitch, acusado de ser operador do esquema criminoso, indicaria a possibilidade de que seja decretada a prisão preventiva de Dirceu.

Segundo o juiz, "o mero receio da defesa não comporta a intervenção judicial preventiva". De acordo com Brunoni, o fato de Dirceu ser investigado e apontado no depoimento de Pascowitch não resultará necessariamente na prisão processual. "Até mesmo em face do registro histórico, as prisões determinadas no âmbito da Operação Lava Jato estão guarnecidas por outros elementos comprobatórios do que foi afirmado por terceiros", avaliou o magistrado.

"As considerações da defesa assumem natureza eminentemente teórica, sendo inviável antecipar eventuais fundamentos invocados pelo juiz Sérgio Moro para a decretação da segregação cautelar, se isto de fato ocorrer", ponderou Brunoni.

O magistrado finalizou afirmando que não cabe a ele antecipar-se ao juiz Sérgio Moro, decidindo, em tese, se a situação de Dirceu comporta ou não a custódia preventiva.

# Turma afasta prescrição de ação por danos morais em relação à herdeira menor

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a prescrição de ação por danos morais e materiais em relação à filha menor de idade de ex-mineiro da Carbonífera Metropolitana S/A e Indústria Carbonífera Rio Deserto Ltda., falecido em 2002 por pneumoconiose.

A Turma aplicou tese do TST de que em ações envolvendo interesse de herdeiro menor aplica-se a norma do artigo 198, I, do Código Civil/2002, que determina que não correm os prazos de prescrição contra menores absolutamente incapazes, com idade inferior a 16 anos na data do fato.

Na ação, ajuizada em julho de 2008, esposa e filhos pediram indenização por dano moral de 400 salários mínimos e pensão vitalícia equivalente ao piso salarial mensal da categoria. Mas tanto o juízo de primeiro grau quanto o TRT da 12ª Região (SC) julgaram prescrita a ação em relação às herdeiras.

Segundo o TRT, a prescrição trabalhista poderia ser aplicada. Isso porque a ação foi ajuizada na Justiça Comum após seis anos da extinção do contrato de trabalho do mineiro e envolve direitos devidos a herdeiro menor de empregado falecido. "Nesse caso a ação deve ser proposta dentro do biênio prescricional legal", explicou.